

RUI ZINK*

Escutando o último negroiro

História e ficção

Que contributo pode a ficção dar para o debate sobre a escravatura? Do ponto de vista da reconstituição histórica fidedigna, pouco. Mesmo quando escrita por historiadores tornados romancistas, a ficção é sempre um tecido de sentidos que, por definição, se independentiza do referente externo a que chamamos realidade. Aliás, *a priori* só há literatura (aventura estética) se tal acontecer.

Todavia, alguma relação haverá entre o texto literário que se organiza em sistema autónomo de signos e o referente externo, o mundo-cá-fora. Um dos mais curiosos paradoxos da literatura é ela ser um facto, coisa feita, concreta e, ao contrário do passado histórico, uma realidade em si. Uma evidência, não no sentido da palavra homónima em inglês (*evidence* = prova), mas no de algo que, por *estar cá* – diante dos nossos olhos – não necessita de ser convocado.

Aquilo que designamos por “ficção histórica”, essa então, corre sempre vários riscos, dos quais sobressaem o da anacronia (sobretudo a nível das mentalidades, o de outorgar a uma personagem do século XVIII preocupações e utensilagem conceptual do XX) e o do equívoco na interpretação de um vestígio, um resto: confundir uma touca com um capacete, uma lareira com um forno, uma grade com uma grelha.

Ao colocar um escravagista – “o último”, ainda por cima – como protagonista do seu romance, Miguel Real dá, consoante o ponto de vista, um passo corajoso ou insensato. Uma coisa pode ser dita: vem preencher uma lacuna.

Continua actual o debate sobre o lugar da escravatura na historiografia portuguesa – e qual a relação que nós, portugueses, devemos ter com esse passado. Uma polémica

* IELT, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
E-mail: rz@fcs.unl.pt.

interessante tem acontecido, nem sempre com a elevação necessária, sobre se Portugal deve ou não pedir desculpas por esse passado¹.

Independentemente do resultado da disputa, cujo desfecho se prenuncia longínquo, um pormenor com alguma importância parece ressaltar: Portugal pouco conhece do período de escravidão e do seu lugar nela. O debate académico e o debate público, mesmo quando alguns protagonistas se situam em ambas as esferas, pouco se tocam. E é de perguntar se a História, tal como é ensinada nas escolas, se afastou devidamente do modo como o passado colectivo foi ensinado no Estado Novo, com a sua incidência quase obsessiva no período dos Descobrimentos – ao contrário de outros momentos da nossa História, e no aspecto glorioso dos mesmos. A escravidão não será ainda, para Portugal, à semelhança do cérebro, um *continente negro*? Fica a questão.

Um romance – este, especificamente, e sobre especificamente este tema – tem então pelo menos duas vantagens: fornecer ao leigo uma visão narrada e apimentada de uma dada era histórica; proporcionar aos verdadeiros historiadores *food for thought*, matéria que pode ajudar a enquadrar factos e documentos e a vê-los, quando o livro é feliz, a uma nova luz.

A ficção enquanto ensaio

Neste sentido, o romance de Miguel Real afirma-se notável logo pelo título. *O Último Negreiro* (2006) não é o único romance de Miguel Real a debruçar-se sobre a questão dos escravos em Portugal, digo, no Portugal que de Lisboa a África já estava virando Brasil. É, todavia, o único romance seu que tem um tão carregado e claro – preto no branco – título. Todo um programa. Outros títulos do autor são metafóricos – *O Sal da Terra* (2008), *A Voz da Terra* (2005) –, mas este é de uma clareza lapidar: *O Último Negreiro*. Ou seja, aquele que ainda traficava escravos mesmo quando já muitos tinham percebido que algo de errado havia numa economia que dependia do tráfico humano.

Real é um autor omnívoro, e vem desde há uma, duas décadas traçando um mapa exaustivo da cultura portuguesa, não hesitando sequer em entrar seja por aspectos concretos – *O Romance Português Contemporâneo: 1950-2010* (2012b), com uma enciclopédica relação de autores –, seja em planos mais abstractos, como em *Nova Teoria do Mal* (2012a). Além de omnívoro, é bulímico e imparável. Nem sempre é o autor mais espartano, seja enquanto novelista, seja enquanto ensaísta – mas quase sempre o mais generoso, o mais exaustivo, o mais amplo, consistente e persistente. São qualidades não de somenos. E fá-lo em ficção e ensaio (ou seja, na minha óptica, em ensaio e *ensaio*)².

1 Dois protagonistas que, oriundos do meio académico, têm prolongado o debate na esfera pública têm sido Elísio Macamo e João Pedro Marques. Este último escreveu um artigo intitulado “Quantas vezes tem Portugal de pedir desculpa?” (*Público*, 27/9/2017), ao qual Macamo respondeu no mesmo jornal com “Portugal pode pedir desculpas? Quantas vezes forem necessárias” (11/10/2017). Ainda no *Público*, o editor Guilherme Valente escreveu “Quem deve pedir desculpa?” (7/11/2017).

2 Na óptica de outros ainda, em ficção e ficção.

É discutível a tese de que a mais alta ficção seja sempre ensaio: um instrumento de trabalho problematizante. E, por vezes (não tenhamos peias nem complexos), didático. Como sugere Kundera em *A Arte do Romance* (1991), a ficção longa vale a pena quando é ensaio, ou seja, quando pensa a existência humana. Por outro lado, a fidelidade ao acontecido cede lugar a outro valor:

Um historiador conta-lhe os acontecimentos como eles se passaram. [...] O romance não examina a realidade, mas sim a existência. E a existência não é [exclusivamente, diríamos] o que se passou, a existência é o campo de possibilidades humanas, tudo o que o homem pode vir a ser, tudo aquilo de que ele é capaz. [...] Mas, mais uma vez: existir significa “estar-no-mundo”. É preciso, portanto, compreender *quer* a personagem *quer* as suas possibilidades. (Kundera 1991, 58)

E o contrário, embora não provado, também é digno de ponderação e estudo – se o ensaio não voa mais alto quando se apropria da (ou entrega à) metodologia da ficção. Lembro a felicidade com que li, aos catorze anos, *Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa* de Jacinto do Prado Coelho (1949), ou, aos vinte, *Fragments de um Discurso Amoroso* de Roland Barthes (1.^a ed 1977, 2006). Ou ainda *Zona*, de Geoff Dyer (2012), que segue – quase fotograma a fotograma – o filme *Stalker* de Tarkovsky (1979), por sua vez baseado no romance *Piquenique à Beira da Estrada* dos irmãos Arkadi e Boris Strugatsky (1971). E o que são os Sermões de Vieira, ao qual Miguel Real dedicará, numa espécie de prequel deste, o romance *O Sal da Terra* (2008)?

Real tem – tenta ter – essa visão panóptica do mundo, e das respostas que, por palavras, podemos dar a esse mundo. E querem ser *exemplares*, os seus livros: contar uma história interessante, mas também dar a entender – e, se possível, a ver. O romance *O Último Negroiro* é: a) um ensaio, porque problematiza; b) um diálogo com a História, porque a busca; c) um texto didático, porque quer ajudar a entender. No epílogo, o autor explica mesmo, para o caso de alguém não ter entendido, o que esteve a mostrar durante 350 páginas. *O Último Negroiro* é também um conjunto de “artigos” – variações sobre um tema – que quase sem prejuízo podem ser lidos avulsos, técnica recorrente noutras obras do autor. Como se ele estivesse em congresso consigo próprio, enviando a solo todas as comunicações a ler durante os dias do encontro. E é, sobretudo, um romance porque tenta dar a ver e porque (de novo a ética do romance) *encurta a distância* para o Outro. Neste caso, o Outro em nós, porque o protagonista aparente, Félix de Sousa, embora não pareça, é nós. Não só aquela cara não é estranha, também aquele coração, aquele caráter, aquele modo de ser humano.

O outro em nós

Hoje, o Outro já não é necessariamente o negro, o mulato, a mulher, o estrangeiro, o homossexual, o escravo, o oriental ou qualquer outro grupo encaixável como “minoria” em termos de poder. O Outro, nesta nossa época supostamente bem-pensante e em paz aparente (pelo menos na nossa área geográfica), é o escravagista, o negroiro, o homem que

trata os outros como mercadoria, o capataz do horror. E é precisamente esse abominável Outro que, numa época onde houve heróis e gente bem mais decente a merecer ser protagonista de romance, Miguel Real escolhe para: protagonista; herói (herói anti-heróico mas ainda assim herói da história). Objecto da nossa simpatia – damos por nós a torcer por este “último negreiro” quando ele enfrenta adversários e adversidades. Seja quando leva uma tarefa, seja quando recupera a dignidade fazendo trabalhos indignos (chicotear escravos), seja quando começa a recuperar o capital (ou seja, a explorar escravos), seja quando se vinga (do banqueiro Marinhas), seja quando se perde, qual Robinson Crusoe com Sexta-Feira (o seu parceiro e Jau e servo e cúmplice e amante e irmão e tudo mais), seja quando é envenenado, ou descobre que tem paludismo, seja quando é encarcerado pelo rei negro Adonozan, vendedor de escravos, seja quando finta os barcos franceses e ingleses que, com maior ou menor cinismo, por motivos nobres ou menos nobres, apertam o cerco ao tráfico de escravos.

Esta última operação – a de humanizar Félix – é a mais terrível, e Miguel Real leva-a a bom porto, usando de uma estratégia simples e eficaz. Se nós estamos hoje no espaço-tempo da simpatia com a vítima (pelo menos nós, leitores-tipo de romances e ensaios, cf. Iser (1978)), então a cena de abertura mostrará o protagonista como vítima, sendo quase morto numa agressão violenta pelos jagunços de um banqueiro, quando ia apenas pedir o que era justo – a justa paga por serviços honestamente cumpridos³.

Um continente desconhecido

O que foi a escravatura? É este o tema do livro, bem entendido, mais do que a vida do protagonista. Há um título que remete para uma personagem. Todavia, passado o prólogo que, como acabámos de ver, o mostra a ser agredido quase até à morte pelo banqueiro Marinhas, que lhe chama “um alucinado”, como depois o fará o amigo Simão – Francisco Félix de Sousa praticamente desaparece de cena durante o primeiro terço do livro.

A estratégia é comum: após apresentar uma cena de violência que aguce q.b. o apetite do leitor, Miguel Real parte para uma longa digressão, pois quer dar-nos o contexto. É a fase menos ficcional do romance, aquela onde o efabular se faz mesmo com base em documentos históricos, trazendo para o campo da literatura o conhecimento historiográfico. É um livro documentado, este, erudito, como se pode ver na bibliografia e nas imagens, e que ambiciona ser também documento. Miguel Real quer, literalmente, contribuir – para o debate, para o conhecimento. *O Último Ngreiro* transparece o pendor

3 Que esses serviços fossem ter vendido uns 50 escravos “isso agora não interessa nada”, para citar a imortal Teresa Guilherme. É difícil odiarmos alguém que está a ser espancado de forma tão brutal como Francisco Félix de Sousa no episódio em que nos é apresentado. Além disso, a nossa antipatia imediata é espoletada – vá lá saber-se porquê – pelo banqueiro. A anedota, além de significativa, é plausível: meta-se, nos dias de hoje, uma víbora num duelo com um banqueiro, ou mesmo um advogado, e a nossa simpatia provavelmente irá para a víbora, ou até mesmo para o advogado.

generoso de dar algo ao leitor; e a ambição, latente, de vir a ser instrumento de trabalho para futuros historiadores.

Se o objectivo é entender, o método quase sempre escolhido, mais do que o explicar, é o *show & tell*. O romance vai dando a entender o que era a escravatura daquela época, ainda hoje um continente desconhecido ou pouco visitado – através da narração e da descrição, instrumentos literários, mais do que por um comentário de cariz explicitamente ideológico. Excepto no epílogo, que talvez tivesse sido melhor escolha virar nota de autor ou posfácio – embora o facto de não ter sido essa a opção lhe dê precisamente a sua graça. Aí sim, no epílogo, Miguel Real diz ao que foi:

Francisco Félix de Sousa soube evidenciar uma singularidade que aos Dominginhos de África, exclusivamente cobiçosos de riqueza, lhes escapou, a de transformar a vida em destino e a acção individual em obra, destino e obra orientados por um sentido civilizacional. Francisco Félix de Sousa cumpriu um destino religioso, criou uma obra europeia no sertão africano, transformando a sua memória numa síntese civilizacional, de que a Europa hoje, sem pai nem mãe, se envergonha. Sem lhe ocultar a ferocidade, nem a natural generosidade para com os seus iguais, faltava fazer justiça em Portugal a Francisco Félix de Sousa. (396)

Permito-me discordar. O que tinha sido contado antes, durante mais de 300 páginas, bastava. A mercadoria que ocasionalmente se estragava na viagem e, por questões higiénicas, tinha de ser jogada ao mar; as sucessivas camadas de oportunismo, cinismo, ganância, na escala do sistema escravagista; a insustentável crueldade, a par de outras promiscuidades mais ambíguas numa sociedade onde os opostos viviam apesar de tudo lado a lado, para não falar do convívio entre escravos, libertos, potenciais libertos, ou da paz podre (ou guerra fria) entre quilombos e cidades. E também da tão actual necessidade económica de baixar salários – o equivalente à já célebre frase de Borges – o economista cego, não o escritor), “Baixar os salários não é apenas uma necessidade, é uma urgência” (*apud* Zink 2012, 71). Atente-se nesta passagem seca e quase denotativa:

Os métodos artesanais de Francisco Félix de Sousa, herdando do pai o trato, negociando em pequenos magotes de escravos, especializando-os em profissões, tinham sido ultrapassados, aos novos escravos exigia-se apenas força muscular para o corte da cana e a apanha do capucho de algodão e da folha de fumo, deixando para os descendentes dos antigos escravos, os crioulos ou ladinos, as funções domésticas e artesanais. Desde que o seu pé tocara a areia da praia do Chega-Negro, oito anos de vida era o que o senhor de engenho exigia do escravo, o suficiente para amortizar em trabalho o investimento feito na compra [...]. (137)

O mau da fita?

Como podiam aqueles homens fazer aquilo que hoje nos parece inaceitável? Que tipo de homens eram aqueles? Boa pergunta:

Estes homens, pensava João Luiz Abreu, de tanto conviverem com os escravos ficam como eles, com a suprema diferença de que, em algum ponto do mundo, só por eles conhecido, apinhavam potes, ânforas e baús contendo ouro em pó e em lingotes, enterrado num buraco a uma

profundidade de dez braços, cavado por escravos, nesse mesmo local mortos – os mestres atravessadores eram homens cruéis, solitários, avarentos cujo único legítimo prazer consistia em encher lentamente o forninho do cachimbo de louça de fumo de primeira qualidade [...]. (157)

E Francisco Félix de Sousa?

[...] mas, protestava Nicolas, não basta ser branco, é preciso saber trabalhar o chicote, o azorraque, o relho, o pau, a palmatória, tudo o que pudesse subjugar as costas do preto, o chicote era ali, naquelas plagas a autoridade, Félix de Sousa respondia que desde os cinco anos de idade manipulava o chicote como as outras crianças brancas a pena de escrever [...]. (288)

Como já foi dito, Miguel Real faz um não fácil (e também não lá muito bonito) milagre: humaniza o protagonista. Já no-lo tinha humanizado no início – nós estamos sempre do lado que apanha – a ser violentado e injustiçado por aquele que intuímos logo ser o mau da fita, o banqueiro Marinhas. E vamos então, de mão dada com o autor, à procura do humano.

O certo é que Félix é um bruto mas tem algum orgulho, alguma hombridade em toda a sua bruteza:

[...] d. Francisquinha envergonha-se do teu trabalho, dizia-lhe, é trabalho de mulato, diz ela, já nem os mulatos o querem, agora são os pretos rufiões que se tornam capatazes de escravos correços, envia-te duas colchas de retalho e um potezinho de vinho de amora [...]. (150)

E, sim, é “o mau da fita”, mas não é o verdadeiro vilão, ou pelo menos não muito mais vilão do que os outros. Será apenas, sugere-nos Miguel Real, *o homem que suja as mãos*. Como o agente da PIDE ou o torcionário que, tantas vezes, não era senão um camponês fazendo honestamente o seu desonesto trabalho. Uma figura que me ocorre é a do traficante de armas russo Victor Bout, hoje preso, cuja fascinante e sórdida vida pode ser conferida em *Merchant of Death* (Farah e Braun 2007). Não deixando de ser uma personagem abominável, sabemos tratar-se de apenas mais um peão num tabuleiro onde a hipocrisia impera – dado que os países que promoveram a sua prisão têm forte renda no negócio da venda de armas:

Samuel perguntara por Francisco Félix de Sousa, não porque o desejasse a trabalhar no armazém, bem queria um pé-rapado como o Félix longe dos seus negócios, brancos desses só traziam sarilhos, mas porque, [...] obrigando Félix a sulcar a terra com o chicote, descobrira a solução para a desocupação dos terrenos de Rio das Rãs, o Félix era o malfeitor ajustado para expulsar aquela pretalhada [...]. (150)

O que nos quer dizer Miguel Real? Que, gostemos ou não, Félix de Sousa é a expressão do seu tempo: um bruto, aos nossos olhos (aos meus, pelo menos), um monstro pelos seus actos (um crime do qual bons pensamentos não me redimem). Mas, sendo a expressão desse *tempo português*...

Redenção possível

A suspeita de que se está a praticar algo de errado obriga por vezes a racionalizações tortuosas. Que a escravatura não era uma indústria pacífica, mesmo quando era legal, é (creio) ponto assente. Daí a necessidade de racionalizar, de encontrar uma justificação para actos que, no mínimo, nos dividem, de algum modo nos incomodam e corroem.

[...] mas o capitão assegurava-lhe que a Igreja Católica defendia a escravatura, era a tese do resgate, explicava, ele próprio a aprendera com os capelães dos navios negreiros: [...] um negreiro é um herói para a Igreja Católica, afiançava, um libertador de pretos das garras do demónio, o mais heróico feito cometido hoje para glória de Deus. (187)

Acreditaríamos mesmo muitos em discursos como este? Seria interessante sabê-lo. O certo é que Francisco Félix de Sousa parte na segunda metade da sua vida para a fonte do mal. Ou, pelo menos, a fonte dos escravos. De receptor passa a fornecedor. E, de tratador de escravos, passa a traficante de escravos e, depois, a outra coisa qualquer, como o Kurz de *O Coração das Trevas* (Conrad 1902), meio animal, meio rei, meio senhor, meio escravo.

Duas visões distintas há sobre o lugar da ficção: uns consideram que, no seu pior, um romance se assemelha a um ensaio, um texto académico. Conotação implícita: a de texto pouco entusiasmante. Discordo: no seu melhor, um romance aproxima-se do ensaio: provocador, inteligente, tentando tornar o outro inteligível. Miguel Real conta uma história de quase redenção: a redenção possível para um homem capaz de tanto mal como Francisco Félix de Sousa. Duas redenções: a sua, interna e, até certo ponto, externa; a da descendência. Miguel Real não redime a personagem mas, de algum modo, redime-nos a nós.

Bibliografia

- BARTHES, Roland. 2006. *Fragmentos de um Discurso Amoroso*, ed. original 1977. Lisboa: Edições 70.
- COELHO, Jacinto do Prado. 1949. *Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa*. Lisboa: Verbo.
- DYER, Geoff. 2012. *Zona; A Book about a Film about a Journey to a Room*. London: Canongate Books.
- FARAH, D., e S. Braun. 2007. *Merchant of Death*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- ISER, Wolfgang. 1978. *The Implied Reader*. Baltimore: John Hopkins U. P.
- KUNDERA, Milan. 1991. *A Arte do Romance*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- REAL, Miguel. 2005. *A Voz da Terra*. Matosinhos: QuidNovi.
- REAL, Miguel. 2006. *O Último Nегreiro*. Lisboa: QuidNovi.
- REAL, Miguel. 2008. *O Sal da Terra*. Lisboa: Quidnovi.
- REAL, Miguel. 2012a. *Nova Teoria do Mal: Ensaio de Biopolítica*. Alfragide: D. Quixote.
- REAL, Miguel. 2012b. *O Romance Português Contemporâneo: 1950-2010*. Alfragide: Caminho.
- ZINK, Rui. 2012. *A Instalação do Medo*. Lisboa: Teodolito.

